

Apresentação

Dossiê: Historicidade e formas de representação da experiência

O deslocamento, o exílio, o trauma, o luto, o transe. As intersecções de gênero e raça. O processo de escrita. Distintos modos de estar no e experimentar o mundo. Como dizê-los, representá-los? Ao que eles respondem quando são invocados? São a polissemia da ideia de experiência e a impossibilidade de capturá-la em uma histórica única as razões do interesse em organizar o dossiê *Historicidade e formas de representação da experiência*.

Do ponto de vista da escrita da história, os modos de experimentar o tempo atravessaram transformações que ensejaram diferentes ordens e articulações entre passado, presente e futuro. O passado, repositório das coisas vividas, como promessa de repetição; o futuro como abertura para o incógnito, para o inaudito, em função da dimensão progressiva e irrepitível do tempo; o lamento pelo empobrecimento da experiência na contemporaneidade; os crescentes questionamentos acerca da separabilidade e da sequencialidade das instâncias temporais e a experiência como maneira de localizar epistemologicamente sujeitos e objetos configuram algumas das traduções possíveis para essa relação, a qual, sobretudo a partir da década de 1970, ganhou espaço no campo historiográfico com a constatação de que o tempo não é uma essência igualmente percebida em todas as localidades, culturas e sociedades.

A consciência da historicidade do tempo e de suas múltiplas apreensões não resolve, porém, a questão de como capturar e encerrar – e mesmo se essa tarefa seria possível – em textos, em imagens, as distintas maneiras de estar e figurar-se no mundo. Nesse sentido, também nos anos 1970, a desconstrução das formas narrativas de representação historicistas e de seus pressupostos, como o da distância e da objetividade, abriu uma crise das formas e dos conteúdos e tensionou as instáveis fronteiras entre história, literatura e ficção.

O debate a respeito da natureza narrativa da história na segunda metade do século XX viabilizou, para autores como Paul Ricoeur, o “retorno do vivido” a um discurso que prescindira do sujeito. A história seria o lugar por excelência do encontro entre o tempo lógico da reflexão historiográfica e o tempo da experiência concreta, e no “duplo estatuto de realidade e ficção”, constitutivo da narrativa histórica, residiria sua especificidade: um potencial explicativo-narrativo que, ao contrário do discurso ficcional, não abdicaria de uma “intenção de verdade”¹.

Contudo, para além das leituras que exploram as proximidades e distâncias entre as narrativas histórica e ficcional, o que interessa a este dossiê é refletir acerca dos modos de sentir, compreender e dar a ver a experiência. Por isso, de Mário de Andrade, cujo autorretrato furtivo ilustra a capa deste dossiê, tomamos a inspiração para pensar as muitas formas de “apanhar a poesia do real”, mesmo que essa busca, quando muito, encontre apenas sombras.

Reunimos neste dossiê artigos que contribuem, cada um com uma visada diferente, para perscrutar o tema da experiência, por meio da literatura, da

¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Editora Papyrus, (Tomo I. Trad. Constança Mardondes César, 1994); (Tomo II. Trad. Maria da Penha Villela-Petit, 1995) e (Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira, 1997).

história indígena, das conexões entre modernidade e racismo, da construção da historicidade a partir das imagens, do corpo e da religiosidade.

Abrindo esta reunião de textos, **Patrícia Reis**, em **“O problema da unidade da cultura europeia: Auerbach e Curtius”** analisa os estudos de Erich Auerbach e Ernst Robert Curtius, produzidos nos anos 1930, em relação à obra poética de Dante Alighieri. Embora seja possível demarcar diferenças significativas entre suas perspectivas, ambos identificaram, no início do século XX, a ocorrência de uma “crise europeia”, nas palavras do primeiro, ou de uma “crise da *Bildung*”, nos termos do segundo. A função da filologia românica, como disciplina fundada no idealismo e no romantismo alemão, seria recuperar o sentido dessa totalidade para a Europa contemporânea, como uma maneira de responder ao mundo em transformação – tanto em virtude da Segunda Guerra Mundial, dos movimentos políticos de massa e do exílio, quanto das inovações artísticas modernistas.

Foi assim que a Idade Média apareceu em suas leituras: para Curtius, como uma etapa importante da história ocidental, responsável por construir a Europa como uma “unidade de sentido”, unificando os mundos antigo e moderno através da tradição latina. Já Auerbach sustentou que a cultura europeia teria sido fruto da síntese de duas tradições – a judaica e a cristã –, as quais conformariam um modo particular de interpretação da realidade, denominada “interpretação figural”. Para isso, a autora examina o importante estudo **“Figura”** (1938), de Auerbach e artigos de Curtius que tematizaram Dante, escritos ao longo da década de 1930, bem como seu polêmico livro **Deutscher Geist in Gefahr** (1932).

No artigo **“Experienciando a modernidade: a tragédia da cultura e as crises do tempo na obra de Georg Simmel”**, Edmo Videira propõe avaliar o modo como, na obra de Simmel, o conceito de Modernidade recebe uma tonalidade específica quando considerado à luz da categoria de “tragédia da

cultura”. Segundo o autor, a noção simmeliana de cultura seria algo como uma jornada da alma subjetiva que parte para o mundo em busca de suas instâncias objetivas – tais quais a arte, a moral, a ciência, a religião e o direito – e delas se alimenta. Plenamente preenchida, a alma retornaria para si em um novo estado, como um espírito objetivo dotado de um valor específico adquirido pela experiência. No entanto, o imperativo do cultivo teria se tornado um problema na modernidade, uma vez que a aceleração do tempo como marca fundamental da vida cotidiana nas cidades teria gerado, no sujeito, uma crise relacionada à experiência do tempo. Sempre fugidio e exigente, o ritmo da vida moderna seria incompatível com o processo paciente e demorado de aquisição cultural. Soma-se a isso o número sempre crescente de objetos, que deixam de ser apenas meios e tornam-se fins em si mesmos – como, por exemplo, o dinheiro.

É assim que se configura a dimensão trágica da cultura. Todavia, ao contrário do herói trágico grego, o homem moderno não se reconcilia com seu destino ao fim da trama; na verdade, esse homem sequer pode ser considerado um herói, uma vez que, na modernidade, as identidades encontram-se diluídas e homogeneizadas. Submetido aos ditames de um mundo que corre apressado, o sujeito moderno se automatiza e se adapta à velocidade da vida na persecução dos fins que lhe são impostos. Por conseguinte, ele sonha em parar o tempo e realizar a cultura; sente saudade do passado e anseia por uma realização utópica desse ideal no futuro, mas é indiferente em relação à irrealização da cultura no presente. Nesse sentido, a modernidade seria o lugar da cisão entre sujeito e objeto.

Na sequência, em **“Viver na reserva, ressignificar a tutela e r-existir perante o SPI: o que os Tenetehar-Tembé contam dessa história?”**, **Emílio Ribeiro** realiza o cruzamento entre pesquisa etnográfica e reflexão teórica sobre a relação dos povos Tembé com as instâncias de poder tutelar. Somando-se a uma produção historiográfica que recusa identificar as vivências indígenas a um

passado primitivo, o texto explora o modo como esses povos lidaram e lidam com os órgãos de poder indigenistas, a exemplo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), respondendo às arbitrariedades de tais instâncias com estratégias de *r-existência* e formas de manutenção da autonomia frente à tutela. O ponto de partida do autor é a criação, pelo SPI, de uma reserva localizada entre os rios Guamá e Gurupi no ano de 1945, a fim de realocar os Tembé e os demais povos que habitavam a região mais vasta da antiga Aldeia São José. Esse movimento, contudo, não teria levado em conta as peculiaridades das relações entre os povos que ali viviam e muito menos a sua relação com o território.

Longe de sugerir uma aceitação passiva das condições impostas pelo SPI, Ribeiro mostra como os Tembé mantiveram sua capacidade de agência perante o poder tutelar e, ainda, como frequentemente utilizaram-no em seu proveito. Seu texto, portanto, é um convite à reflexão e se une a um rico conjunto de pesquisas atuais acerca da história indígena, cuja referência consiste em conceitos e práticas advindos de experiências próprias, em vez de uma racionalidade pretensamente universal.

Hannah Henriques Debs e Sérgio Paulo Morais discutem em “**Câmbio Negro: o racismo moderno enquanto parte-integrante do projeto de mundialização do capitalismo**” como o avanço global do capitalismo, em perspectiva transatlântica, encontrou na distinção racial uma aliada importante. A análise atravessa diferentes tradições, como o pensamento decolonial – com ênfase para autores, como Aníbal Quijano, Edgardo Lander e Walter Mignolo –, o marxismo – nomeadamente, com Peter Linebaugh – e o pós-estruturalismo – com Paul Gilroy e Judith Butler. O argumento é enriquecido, ainda, com a perspectiva de Grada Kilomba, na qual são associados ao fenômeno do racismo moderno a sociabilidade e os processos psíquicos em que se experimentam a cultura e a linguagem. Assim, o texto avalia a transformação que o continente americano imprimiu no processo de mundialização do capitalismo ao adicionar

o elemento racial como “instrumento mental” da modernidade, palavras de Quijano citadas por Debs e Moraes. Para além das manifestações geográficas e sociais do racismo, a dominação da população negra se deu em um nível mais profundo de criação de alteridades, em um corte claro entre sujeitos “não-racializados” e “racializados”: “a branquitude, portanto, teria sido colocada enquanto identidade dependente – alterna e posterior – da Negritude, a qual, por sua vez, consistiria em uma amálgama das fantasias brancas do que se deve ser”, notam os autores.

Lucas Mazuquieri Reis em “Memória em chamas: imagens do Brasil de 2021 em sua historicidade ardente” desenvolve uma reflexão acerca dos efeitos de determinadas práticas visuais na conformação da historicidade brasileira recente. Assim, as fotografias do incêndio da Cinemateca Brasileira, a obra de *net-art Ditamapa*, o incêndio da estátua de Borba Gato, a depredação do Escadão Marielle Franco e sua posterior restauração são avaliados não como meros instrumentos de representação da experiência, mas como agentes capazes de produzir uma determinada experiência do presente. Seguindo a linha de William J. T. Mitchell, o autor salienta a eficácia de tais práticas visuais em conduzir conflitos sociais, estabelecer identidades e projetar desejos em disputa no campo simbólico que se conforma no inconsciente coletivo dos sujeitos.

No entanto, Mazuquieri Reis não supõe que a passagem entre imagem, memória e laços afetivos seja imediata. Apoiado nas considerações de Didi-Huberman, ele atribui ao historiador a tarefa de realizar uma “montagem”, isto é, de reorganizar as imagens lançando sobre elas uma nova luz em um processo de reelaboração crítica e formação de novos significados. Dessa maneira, o próprio autor busca realizar um ato de “montagem”, que considera os acontecimentos retratados “na dimensão ontológica de sua existência histórica, aproximando e contrastando diferentes políticas de memória que

disputam visibilidade na arena pública, o que permitiria compreender a *historicidade* desses eventos”.

Também contribui para este dossiê **de Pedro Leal Gomes, com o artigo “Sobre corpo, tempo e presença: abordagens fenomenológicas para a história”**. A partir da tradição da fenomenologia, em particular de Hans Ulrich Gumbrecht e Jean-Luc Nancy, o autor discute as relações entre temporalidade e corpo, observando em ambos uma preocupação ético-política na maneira de conceber o corpo e seus vínculos com o mundo. Para Gumbrecht, certos fenômenos que se apresentam ao sujeito exigem um modo de percepção que ultrapassa a linguagem, pois correm pela via da experiência. Eles tensionam, assim, a primazia do sentido linguístico, para privilegiar um modo particular de análise que coloca o corpo em evidência, através da noção de presença. Essas situações, por meio dos efeitos que produzem, permitem uma aproximação entre o homem e o mundo e, dessa forma, “uma investigação que procure acentuar efeitos de presença tenta restabelecer certo caráter de coisidade daquilo que compõe o mundo, busca o que existe nos espaços de vivências e experiências não-conceituais”, destaca Gomes. A perspectiva gumbrechtana, no entanto, como observa o autor, não iria além do campo de ação humana, mantendo um viés antropocêntrico.

Já a ontologia do corpo em Nancy foge à exclusividade do humano, ao pensá-lo como “sinônimo de existência, ser, mundo, mente, consciência, alma, vida”. Nesse sentido, os animais, a vida vegetal, os recursos naturais e os objetos inanimados são também corpos, dos quais a reflexão fenomenológica deve se ocupar. Nancy mimetiza, em sua própria *excritura*, essa natureza aberta, produzindo movimentos de aproximação e afastamento, mudanças de ritmo e estranhamentos, a fim de produzir uma experiência de leitura. Embora tanto o filósofo francês, quanto Gumbrecht estejam inseridos no chamado “giro ético-político”, uma vez que articulam “uma preocupação minuciosa com o mundo

contemporâneo a partir do problema da diferença/alteridade”, Nancy teria radicalizado a questão, segundo o autor, ao identificar no corpo uma propriedade relacional que transborda o privilégio do sujeito humano como produtor de sentido.

Em **“Resistir: caminhos alternativos para o estudo do testemunho”**, **Maria Eliza Zahner** propõe uma chave analítica para pensar a literatura de testemunho, para além do trauma. De acordo com a autora, a prevalência dessa noção para compreender a motivação de sobreviventes de eventos-limite para se lançarem na escrita parece não dar conta de explicar alguns registros literários. A partir das obras de Ruth Klüger e Scholastique Mukasonga, a primeira, sobrevivente do campo de Auschwitz, a segunda, do genocídio em Ruanda, Zahner elabora uma reflexão sobre o lugar da angústia, do luto e, sobretudo, da resistência, como peças disparadoras da escrita e da construção da identidade.

Fechando os artigos, **Mara Regina do Nascimento e Vinicius Roesler Pereira** exploram dimensões da religiosidade contemporânea em **“As igrejas inclusivas no Brasil. Os casos da Igreja Cristã Inclusiva (ICI), de Uberlândia/MG, e da Igreja Cristã Contemporânea (ICC)”**. Dentre as muitas congregações neopentecostais no Brasil, algumas têm se notabilizado no espaço público por discursos moralizantes, em defesa de uma concepção tradicional de família, o que culmina, muitas vezes, em leituras homofóbicas e sexistas. Entretanto, há igrejas que visam a acolher a pluralidade de sexualidades e identidades de gênero, como a Igreja Cristã Inclusiva e a Igreja Cristã Contemporânea, analisadas no texto. Os autores se interrogam, assim, sobre as acomodações e as negociações estabelecidas no interior dessas igrejas, o tratamento destinado aos fiéis LGBTQIA+ e os limites da noção de inclusão, indicando o quanto as questões de sexualidade e de gênero não são campo pacífico na experiência da religiosidade, mas, ao contrário, terreno de disputas e contradições.

Por fim, o dossiê conta com a tradução do ensaio **“O que é a história? O que é literatura?”**, em que **Dominick LaCapra** avalia criticamente a proposta teórica de Ivan Jablonka, notadamente em **A História é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Traduzido por **Naiara Damas e Eduardo Wright Cardoso**, o texto explora, à maneira de uma resenha expandida, os méritos e os limites do livro de Jablonka, que, em 2021, foi publicado em português pela Editora da UnB. Ao analisar a compreensão do historiador francês da história como uma literatura do mundo real, LaCapra sinaliza, como uma lacuna mais ampla do livro, a falta de uma análise mais detida e aprofundada de textos e outros artefatos, como filmes, embora destaque a importância de sua reflexão sobre as relações entre história, literatura e ficção, visto que ela aponta para linhas investigativas pouco percorridas na tradição intelectual francesa, em especial aquela dos *Annales*. Por essa valiosa contribuição para mapear a recepção de Ivan Jablonka, cujos textos têm ganhado, recentemente, versões em português, agradecemos aos tradutores e, em especial, ao empenho da professora Naiara Damas para obter junto a LaCapra a autorização para a tradução e a publicação.

Esperamos que a pluralidade de temas e abordagens aqui presentes ensejem boas e proveitosas leituras.

Nathália Sanglard (UERJ)

Patrícia Reis (UNICAMP)